



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **dezenove dias de outubro de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros
3 municipais de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião,
4 dando as boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura da pauta, sendo: **I. Informes;**
5 **II. Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta de prorrogação do convênio**
6 **entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Maria Porta do Céu; III.**
7 **Apresentação, discussão e deliberação do Relatório Anual de Gestão e o Plano Anual de**
8 **Saúde. I. Informes:** o Sr. Manuel informou que está recebendo o crachá para fazer a
9 fiscalização somente hoje. Alegou que foi impedido de entrar em algumas unidades, não
10 conseguindo realizar a fiscalização. Falou que quer o crachá para poder entrar nas unidades
11 para fiscalizar sem pedir licença. Alegou que sem o crachá, o conselheiro é apenas mais um.
12 Solicitou que todos os fiscais dos convênios sentem para ter as mesmas linhas de
13 fiscalização, pois os convênios serão cobrados posteriormente. O Sr. Gerardo falou
14 direcionado à equipe de comunicação do Conselho Municipal de Saúde (CMS), onde já
15 houve uma primeira reunião. Informou que a reunião prevista para amanhã fora adiada para
16 a próxima quarta-feira, às 15 horas, na sala do CMS. Falou que a idéia é ter um boletim
17 mensal. Informou que já fora reativado o blog, podendo trabalhar várias notícias que estão
18 atrasadas para realizar a comunicação. Falou que a intenção é trazer as notícias dos
19 conselhos locais de saúde, sendo que a medida que sair o primeiro informativo, será
20 solicitado aos conselhos locais e distritais de saúde notícias para alimentar o informativo.
21 Deixou uma mensagem de solidariedade aos trabalhadores da saúde, entendendo enquanto
22 cidadão, a situação em Campinas está muito difícil. Apontou que, ultimamente, essa
23 situação tem acontecidos vários fatos nas unidades de saúde, relacionados à agressividade
24 da população, pois está impaciente pelas condições que esta gestão, a direção da Secretaria
25 Municipal de Saúde (SMS) não tem dado conta de resolver os problemas da população nos
26 bairros, ocorrendo as agressões nas unidades de saúde. Ressaltou que agredir um
27 funcionário não é a solução, mas também defende que não se deve aceitar que a população
28 não tenha atendimento adequado. Ressaltou que o culpado por essa situação é a gestão da
29 SMS que não funciona. Parabenizou os funcionários que ajudam a população. Sugeriu que o
30 CMS apóie os funcionários que vem sofrendo agressões. O Sr. Trombetta informou ao pleno
31 que o mandato de segurança da prestação de contas do Complexo Hospitalar Ouro Verde já
32 fora direcionada à Prefeitura, sendo que ligaram para ele para que viesse ao paço checar as
33 contas. Informou que não o fará agora, pois o assunto deverá ser tratado com advogados e
34 contadores. Falou que a SMS nunca se importou com a questão fiscal, sendo esse fato
35 corriqueiro, tratando os conselheiros com desprezo. Exemplificou com a questão do
36 convênio com a Associação Maria Porta do Céu, onde informaram a prorrogação sem
37 realizar a prestação de contas. Apontou que as discussões dessa forma são perda de tempo,
38 sendo que tem muito o que fazer. Lembrou que o CHOV fora aprovado dessa forma, sem a
39 discussão correta. Falou que existem muitas coisas erradas, como pagar antecipadamente a
40 Lo'Thedal e não ter dinheiro para reformar o PA Centro. Falou que ocorrerão muitos cortes



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 na reforma, sendo que essa situação deverá ocorrer na reforma do Centro de Saúde Boa
42 Esperança. Informou que vários fornecedores que deram insumos e serviços não receberam.
43 Perguntou por que a gestão pagou o Lo'Thedral adiantado, questionando se o fato da filha do
44 então Prefeito estar envolvida na Associação interferiu em algo. Solicitou que os
45 conselheiros pensem nessa questão antes de votar. Afirmou que existem várias reclamações
46 de pacientes conhecidos, que passaram pela Oncologia do Hospital Municipal Dr. Mário
47 Gatti (HMMG), os quais afirmaram que a prestação de serviços não é o que é retratado ao
48 CMS. Afirmou que os valores pagos não fazem jus ao trabalho realizado pela instituição. O
49 Sr. Felipe informou sobre a greve que vem ocorrendo na UNICAMP, sendo aprovada em
50 assembléia composta por mais de quinhentos funcionários. Explicou que a principal
51 reivindicação do movimento grevista é a isonomia de salários entre os servidores das três
52 universidades estaduais de São Paulo (UNICAMP, USP e UNESP). Explicou que a isonomia foi
53 rompida no presente ano, com o dissídio dos servidores da USP e não para os servidores da
54 UNICAMP. Alegou que a UNICAMP está “nadando” em dinheiro, pois nunca teve tanto
55 dinheiro como o atual momento, sendo que o dissídio não impactaria no orçamento da
56 universidade. Falou que o sindicato tentou negociar com o reitor, que não abriu nenhum
57 canal de diálogo antes da paralisação ser convocada. Solicitou que o CMS tenha
58 solidariedade com o movimento grevista e sugeriu uma moção de apoio. A Sra. Soeli relatou
59 os ocorridos com um vizinho, o qual passou mal e fora acionado o SAMU. Perguntou as
60 razões que o número telefônico do SAMU informa que não existe. Tentou os bombeiros que
61 prontamente foi atendido. Informou que, por telefone, os bombeiros informaram que não
62 tinham viatura para realizar o atendimento. Falou que seu filho prestou os primeiros
63 socorros, sendo que o paciente teve que ser socorrido por particulares. Perguntou se a
64 ambulância fica realmente na base do Campo Grande, como fora informada em outros
65 momentos. Falou que a centralização não ocorre de fato. Ressaltou que, no momento que
66 informou que a pessoa tinha bebido, acabou a pressa dos bombeiros. Defendeu que as
67 pessoas que bebem também são seres humanos, necessitando de atendimento. O Sr.
68 Mariante falou sobre a discussão que vem ocorrendo em algumas listas da militância da
69 saúde, sendo a questão dos insumos e toda a dificuldade que vem sendo enfrentada por
70 todos os trabalhadores da rede da saúde. Defendeu que exista uma discussão de maneira
71 mais sistemática, pois essa questão é recorrente. Solicitou que se fossem identificados os
72 problemas e que sejam discutidos à luz de um planejamento, devendo ser uma ferramenta
73 para que não se enfrentasse ou se enfrentasse em um grau menor dificuldades como essas.
74 Falou que participou na reunião do conselho local de saúde do centro de saúde eulina e
75 verificou uma situação bem preocupante, com a presença de apenas uma médica clínica
76 para toda a unidade e, segundo as palavras da própria trabalhadora, a expectativa de espera
77 de agendamento de uma consulta supera os seis meses. Solicitou que a SMS verifique essa
78 pendência. Ressaltou que a médica mora no bairro há mais de dezesseis anos e se vê em
79 uma condição precária de atendimento. A Sra. Francisca falou sobre o dia de paralisação dos
80 trabalhadores da saúde, sendo buscadas melhores condições de trabalho, onde existem



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 denúncias há muito tempo, inclusive com solicitação de contratação e readequação do
82 quadro de recursos humanos. Falou que existem pessoas contratadas em fila de espera,
83 sendo que até hoje não foram convocados. Lembrou que existem centros de saúde prontos
84 sem o quadro de recursos humanos disponíveis. Ressaltou que trabalha em uma área com
85 um quadro de equipes de saúde da família reduzido. Afirmou que não pode, em nenhuma
86 hipótese, o usuário creditar a culpa pelos problemas de atendimento aos trabalhadores, que
87 não tem culpa nenhuma da corrupção instalada na PMC. Afirmou que os trabalhadores
88 também sofrem com os problemas de atendimento no SUS. Alegou que o movimento de
89 paralisação tem a finalidade de pedir um basta nos problemas da saúde de Campinas.
90 Defendeu que os trabalhadores não devem aceitar as agressões realizadas. A Sra. Wilma
91 falou ter sido contemplada na fala da Sra. Francisca e acrescentou que a paralisação de hoje
92 não foi somente por qualidade de serviço, pois o secretário de saúde fala que não deixará
93 desassistida a população, quando existe a intenção de impedir algum contrato. Afirmou que
94 isso que está deixando a população desassistida. Alegou que a falta de insumos como soros,
95 seringas e agulhas prejudicam o atendimento aos usuários. Afirmou que quando existem
96 esses insumos são de péssima qualidade. Falou sobre a greve que está instalada na
97 Irmandade, delegando a culpa à SMS, pois deve para a instituição, devendo aluguel, conta
98 de água, conta de luz. Defendeu que as contas devem ser pagas, pois o único que trabalha
99 sem ganhar, pairando dúvidas sobre o motivo, é o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”
100 (SSCF), pois a cada dia mais a sua dívida aumenta e mesmo assim continua prestando serviço
101 “abraçando a causa”. Solicitou que o convênio com a Lo’thedal fosse retirado da pauta de
102 hoje, por pairar muitas dúvidas, tais como por que as metas não foram cumpridas ou como
103 será realizada a prorrogação. Falou que o Conselho Fiscal de Saúde tentou encaminhar da
104 melhor forma possível, não tendo entendimento sobre a questão. Falou que o seu
105 posicionamento é que seja retirado da pauta da presente reunião, para que possam existir
106 melhores esclarecimentos. Falou que o documento que protocolou no Ministério Público,
107 ano passado, sobre a falta de funcionários no HMMG, fora acatado. Informou que recebeu a
108 notificação no presente dia, onde o Ministério Público solicita mais respaldo e informações e
109 se a conselheira iria reiterar o documento protocolado. Afirmou que irá reiterar, pois
110 existem mais coisas ocorrendo pela falta de funcionários e casos gravíssimos pela mesma
111 razão. A Sra. Maria Helena falou que faz parte da Comissão de Acompanhamento do
112 Convênio com a Irmandade e solicitou que a SMS/PMC resolvesse logo esse problema, pois
113 essas pendências são inconvenientes que estão sendo divulgadas na imprensa. Falou que o
114 contrato fora realizado em comodato, o qual venceu, devendo ser realizado um contrato de
115 aluguel com a instituição, o que não fora realizado. Lembrou que existe um débito
116 relacionado às contas de água, onde a instituição comprova para a SMS as notificações que
117 foram feitas à PMC sobre este problema. Falou ainda sobre outro caso, onde, na época em
118 que foram necessárias cirurgias, fora pedido para a instituição realizá-las. Afirmou que essa
119 pendência também deve ser resolvida, pagando o que se deve pelos procedimentos. A Sra.
120 Maria Cecília, diretora do DGDO, responsável pelos convênios da SMS, respondeu que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 realmente existe um convênio com a Irmandade, onde existem quarenta leitos de clínica
122 médica, clínica cirúrgica, ambulatório. Explicou que, neste convênio, a PMC não deve nada.
123 Explicou que, em relação ao débito de água, a PMC reconhece o débito, tanto do CRI quanto
124 do PA Centro, sendo entregue ontem para o Ministério Público, todo o reconhecimento.
125 Afirmou que a água devida já fora paga. Em relação ao PA Centro, explicou que existia um
126 comodato, conforme aprovado pelo CMS, e feito reforma, no momento da inauguração. Diz
127 que a reforma se transformou em valor de aluguel. Falou que o comodato venceu em abril
128 de 2011, onde a partir dessa data fora negociado para realizar um aluguel. Falou que o
129 aluguel solicitado pela instituição é em torno de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo
130 que a PMC avaliou o aluguel em R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Afirmou que a
131 instituição não concordou com o valor do aluguel, porém os documentos apresentados não
132 foram condizentes para que fosse efetivado o contrato do aluguel. Explicou que, somente
133 agora, a instituição reconhecerá o valor do aluguel proposto. Esclareceu que o Giovanetti
134 paga R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) de aluguel para a instituição, justificando as razões
135 que levaram a PMC em propor o valor do aluguel. Em relação em Lo'Thedal, afirmou que a
136 gestão concorda com a retirada da pauta. Explicou que a questão das cirurgias fora questão
137 da instituição, pois todos os hospitais tem o direito de serem cadastrados de serem
138 cadastrados como hospital-dia, existindo regras claras, onde a Irmandade não conseguiu se
139 efetivar. Afirmou que a SMS não colocará AIH, que deve ocorrer em um dia anterior, para
140 justificar uma internação de apenas um dia, o que é ilegal. O Sr. Severino registrou que a Sra.
141 Wilma solicitou a retirada da Lo'Thedal da pauta. Falou que, para um item ser retirado da
142 pauta, precisa de uma votação do pleno. Lembrou que na reunião anterior, fora votada a
143 transferência da discussão dessa pauta para a presente reunião. Afirmou não ver problemas
144 em votar a prorrogação na presente reunião, pois não se trata de recursos novos e sim,
145 prazos. Afirmou que o Conselho Fiscal de Saúde pode avaliar as contas do convênio a
146 qualquer momento, não sendo um impedimento para a votação da presente pauta. O Sr.
147 José Carlos informou sobre os convites recebidos, sendo para o III Seminário Municipal sobre
148 a Saúde da População Negra; para a I reunião do fórum interconselhos, após o encontro com
149 o Prefeito, para definir os passos para operacionalizar as decisões realizadas no encontro;
150 sobre o convite para o Seminário de Educação e Mobilidade no Trânsito; do I Simpósio de
151 Segurança Pública; do convite para a II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras de Psicologia.
152 O Sr. Porsani atentou que foram mais de quarenta minutos com informes, sendo que alguns
153 estão desconexos com a pauta da reunião. Falou que existem várias comissões aprovadas
154 pelo CMS e sugeriu que essas Comissões ocupem o plenário no momento dos informes, para
155 apresentar como está o andamento de seus trabalhos. O Sr. Porsani ressaltou que foram
156 duas moções apresentadas, sendo uma de apoio ao movimento grevista da UNICAMP e a
157 outra de solidariedade aos trabalhadores da saúde. Em processo de votação, o Conselho
158 Municipal de Saúde **APROVA as duas moções**, com 01 (uma) abstenção. **II. Apresentação,**
159 **discussão e deliberação sobre a proposta de prorrogação do convênio entre a Secretaria**
160 **Municipal de Saúde e a Associação Maria Porta do Céu:** o Sr. Porsani lembrou que o pleno



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 aprovou, de fato, na reunião anterior, a pauta. Concordou com o Sr. Severino, sendo que
162 apenas o pleno tem o poder de deliberar a retirada da pauta. Ressaltou que quando o CMS
163 aprovou a transferência da pauta para a presente reunião, era para discutir justamente em
164 cima dos dados da demonstração do trabalho executado. Afirmou ter entendido que o
165 Conselho Fiscal de Saúde não tinha em mãos esses dados, sendo que a própria gestão
166 concorda com o adiamento da pauta. Perguntou se o adiamento será para a próxima
167 reunião, apontando que a Comissão Executiva deverá verificar o melhor momento para
168 pautar. Questionou o pleno sobre o adiamento, devendo a Comissão Executiva definir a
169 data. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de ordem, alegando que a votação do convênio
170 deveria ocorrer na presente reunião, pois entendeu que o Conselho Fiscal de Saúde não terá
171 tempo hábil de verificar a prestação de contas, a qual já está atrasada. O Sr. Porsani abriu
172 para um conselheiro realizar a defesa da manutenção da pauta e para um conselheiro
173 realizar a defesa do adiamento da pauta. O Sr. Trombetta defendeu a manutenção da pauta,
174 afirmando que nunca entregaram a prestação de contas, de qualquer forma. Alegou que o
175 Conselho Fiscal de Saúde não terá tempo hábil de se reunir para verificar a prestação de
176 contas. Afirmou que não lhe interessa o culpado pela não realização da prestação de contas,
177 sendo que somente lhe interessa saber os motivos que levaram a PMC pagar adiantado um
178 serviço que não fora executado. Defendeu que esse ponto deve ser discutido urgentemente.
179 A Sra. Izabel afirmou que devem ocorrer maiores esclarecimentos, pois muito ocorre sem os
180 devidos esclarecimentos. Lembrou que o convênio existe há dois anos, o qual está em
181 vencimento, sendo que nunca apresentou uma prestação de contas. Alegou que o convênio
182 recebeu verbas e não apresentou a prestação de contas, sendo que é exatamente o que o
183 CMS quer. Questionou se a prorrogação deve ser votada mesmo sem a prestação de contas.
184 Defendeu que a pauta fosse adiada, para que a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal de
185 Saúde sentem com a SMS para verificar as prestações de contas e, somente após isso, a
186 prorrogação ou a renovação seja pauta no CMS. O Sr. Severino solicitou uma questão de
187 ordem, alegando que o Conselho Fiscal de Saúde colocou na reunião anterior um parecer
188 contrário a prorrogação do convênio, pois a prestação de contas deveria ter sido realizada
189 anteriormente. Em processo de votação nominal, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU**
190 **o adiamento da pauta e que a Comissão Executiva deve pautar outra data, com 25 (vinte e**
191 **cinco) votos favoráveis, 09 (nove) votos contrários e 02 (duas) abstenções, votando**
192 **FAVORÁVEL ao adiamento**, os seguintes conselheiros: Sr. André Luiz Castilho de Fonseca; Sr.
193 Antônio Mamede da Silva; Sra. Celi Aparecida Thiago Maia; Sra. Deise Fregni Hadich; Sra.
194 Érica da Silva Vitorino; Sr. Gerardo Mendes de Melo; Sra. Izabel Pereira de Oliveira; Sr. João
195 Xavier; Sr. José Paulo Porsani; Sr. Luiz de Paula Góes; Sra. Maria Andrade Gil; Sra. Maria
196 Cecília Brandt Piovesan; Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva; Sra. Maria Helena Nogueira; Sra.
197 Mariene Terumi Umeoka Hidaka; Sra. Matilde Alves Pontes; Sra. Mercedes dos Santos; Sr.
198 Paulo Tavares Mariante; Sr. Pedro Humberto S. Scavariello; Sra. Rosa da Silva; Sra. Sílvia
199 Aparecida M. L. D. Carmona; Sra. Simone Pereira Rosa; Sra. Soeli Alves Monteiro; Sra.
200 Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira; Sra. Wilma Rosendo da Silva; votando **CONTRÁRIO ao**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 **adiamento**, os seguintes conselheiros: Sr. Cláudio Trombetta; Sr. Edison Bueno; Sra. Eloísa
202 Israel de Macedo; Sr. Felipe Monte Cardoso; Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita; Sr.
203 Francisco Mogadouro da Cunha; Sra. Marlene Feliciano Oliveira; Sra. Neide Aparecida de
204 Faveri Alves; Sr. Severino Alves Bezerra; e se **ABSTIVERAM**, os seguintes conselheiros: Sr.
205 André Rodrigues Ribeiro; Sr. Sidney Mendes da Silva. O Sr. Trombetta lembrou que o CMS
206 tem marcado várias reuniões extraordinárias e questionou se a SMS irá trazer a prestação de
207 contas deste convênio a toque de caixa, como já fizera em outras situações. Afirmou não ser
208 palhaço para discutir um assunto dessa maneira, com a gestão entregando a documentação
209 sem tempo hábil para análise. Afirmou que os conselheiros que votaram favorável ao
210 adiamento da pauta devem ser coerentes, pois se trata de um trabalho voluntário, sendo
211 que ele tem várias ocupações. Afirmou que se a documentação for entregue sem o tempo
212 hábil, formalizará denúncia ao Ministério Público. O Sr. Porsani lembrou que o assunto
213 voltará à Comissão Executiva para que seja pautado e, enquanto isso não ocorrer, o
214 convênio não deverá ser prorrogado. **III. Apresentação, discussão e deliberação do**
215 **Relatório Anual de Gestão e o Plano Anual de Saúde:** o Dr. Savério apresentou o relatório
216 anual de gestão, apresentando os indicadores de gestão avaliados. Ressaltou que a
217 apresentação está atrasada, sendo a intenção de a gestão apresentar o próximo relatório
218 ainda no primeiro semestre. Explicou que o atraso se deve à tentativa de capilarização das
219 discussões. Explicou que, pela primeira vez, a gestão está utilizando um sistema do
220 Ministério da Saúde, digitando o relatório anual de gestão na internet, no sistema SARGSUS,
221 ficando bloqueado até a apreciação e deliberação do CMS, podendo colocar as observações
222 no site. Após a apresentação, o Sr. Porsani reforçou que o relatório de 2010, sendo
223 apreciado somente nesse momento devido ao novo formato, novidade apresentada pelo
224 Ministério da Saúde, sendo que só chegou ao conhecimento da Comissão Executiva
225 recentemente. Falou sobre o compromisso, por parte da gestão, de que o relatório de 2011
226 será avaliado no primeiro semestre de 2012, conforme deveria ter ocorrido com o presente
227 relatório. Abertas as falas, o Sr. Francisco falou sobre a certeza do bom trabalho do Dr.
228 Savério, dentro da encomenda do formato, porém alegou que a apresentação está muito
229 aquém das necessidades do CMS com um relatório de gestão técnico e focado em
230 indicadores como esse, o qual não dialoga com os problemas reais da população. Apontou
231 ser importante ter um instrumento SARGSUS, mas o CMS precisa de um relatório de gestão
232 político, além dos indicadores que são importantes. Falou sobre a necessidade de abordar os
233 problemas, as dificuldades, os desafios que aparecem nas entrelinhas do relatório. Ressaltou
234 a falta de um relatório político da gestão. Apontou uma das falhas do relatório, sendo um
235 exemplo, uma vez que aparece somente como um número e, na realidade, é um grande nó
236 crítico do SUS de Campinas que é a cobertura da assistência básica de saúde, através do
237 Programa de Saúde da Família. Lembrou que a Conferência Municipal de Saúde aprovou não
238 mais do que 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas adscritas por equipe, com 100% de
239 cadastros nas unidades de saúde. Ressaltou que o nó crítica desta Prefeitura é a não
240 expansão dessa área de cobertura. Falou sobre a necessidade de discutir o que deverá ser



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 feito para cumprir as deliberações da Conferência, sendo que esta fala está faltando no
242 relatório de gestão, defendendo a rejeição do mesmo. A Sra. Liana falou que não houve
243 nenhuma melhoria na Saúde, uma vez que a população aumentou e, simplesmente, a
244 quantidade de funcionários da saúde não aumentou proporcionalmente. Falou que a
245 população de idosos aumentou, sendo que as planilhas demonstram o quão frágil está a
246 saúde em Campinas. Sobre o CAPS, afirmou que são em número insuficiente e falta
247 preparação para os funcionários realizarem suas funções. Ressaltou que a saúde está
248 precária. O Sr. Luis falou que os dados devem ser avaliados e perguntou o que está sendo
249 avaliado dentro das necessidades de uma população tão grande quanto a de Campinas.
250 Perguntou quais seriam as necessidades das áreas da saúde e o que está sendo feito para
251 melhorar essa situação. Afirmou que os dados que foram colocados não foram avaliados.
252 Perguntou o que se pretende fazer frente aos dados do relatório. Falou que faltam dados
253 comparativos e evolutivos. Afirmou que o relatório não aborda a quantidade de usuários
254 com deficiência física ou da saúde mental. Falou que faltam várias informações para se
255 elaborar um debate político sobre o relatório. A Sra. Izabel falou que faltam informações,
256 sendo que o relatório chegou em cima da hora, não sendo possível realizar uma leitura
257 aprofundada para construir os questionamentos e trazer mais dúvidas, ficando difícil discutir
258 desta forma no CMS. Falou que fora verificado nas metas que muitas não foram atingidas,
259 criando um questionamento de como será feito e se essas questões não serão discutidas.
260 Lembrou que quando um prestador não atinge suas metas, não é pago o valor do convênio.
261 Perguntou como fica a situação quando é a própria SMS não atinge as metas. Perguntou por
262 que o dinheiro fica guardado, mesmo frente à muitas necessidades da saúde. Perguntou
263 sobre a saúde do idoso, afirmando que é notável o aumento dessa população. Defendeu que
264 é necessário apresentar o relatório e não os percentuais dos indicadores. Alegou que o
265 relatório deve abordar os problemas específicos dos locais. Falou que os hospitais tem
266 aumentado o número de internações com casos graves e idosos. Defendeu a necessidade de
267 questionar as razões desta situação, apontando a falta da atenção básica como principal
268 responsável. Perguntou o projeto que a SMS tem para garantir uma vida digna aos idosos,
269 para que essas pessoas não envelheçam doentes, pois os jovens serão idosos um dia. O Sr.
270 Mariante falou sobre o retorno da apreciação do relatório, onde existe uma discussão de
271 outros momentos no CMS, sobre qual forma efetivamente os conselheiros exercem o
272 controle social. Falou que não se veria em condições de votar o relatório, enquanto
273 conselheiro, nem com ressalvas. Apontou que o relatório se confronta com a realidade e
274 tem a impressão que, após tantas reuniões, o relatório parece distante da realidade. Falou
275 que gostaria de entender mais sobre algumas questões, como a levantada pelo Sr. Francisco,
276 acerca a saúde da família, reafirmando que não tem condições de deliberar pela aprovação.
277 Falou que poderia rejeita, pois entre outras coisas, o relatório anual é confeccionado
278 baseado em um plano programado para quatro anos, perguntou quais são as origens, os
279 critérios e os fundamentos das metas programadas, para saber se são ou não compatíveis
280 com a realidade trazida cotidianamente. Falou que as metas não são tiradas do nada,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 abstratas, devendo estar em consonância com a realidade. Defendeu não realizar a
282 deliberação na presente reunião ou, se fosse votar, sem ter o conhecimento pleno de todas
283 as raízes do relatório, seria pela rejeição. Afirmou a necessidade de ter mais elementos para
284 poder trabalhar todas as informações referentes ao plano, que se desdobram em metas,
285 para se poder inclusive avaliar, de maneira adequada, como conselheiros exercendo o
286 controle social efetivo, se é o caso ou não de avaliar. Falou que faltam informações para
287 deliberar de maneira adequada. A Sra. Eloísa falou que já está há dois mandatos no CMS,
288 sendo que fala sempre a mesma coisa. Afirmou ser insano avaliar um livro como relatório.
289 Defendeu a necessidade de sistematizar os dados e trazer os dados avaliados e
290 sistematizados, assim como fora feito na apresentação para a Câmara dos Vereadores, a
291 qual estava muito bom. Afirmou que gostaria que a apresentação realizada no CMS fosse no
292 mesmo molde. Falou que os conselheiros devem conhecer o que aprova, pois tem a
293 responsabilidade nas aprovações. Lembrou que a Saúde tem um projeto, um plano de
294 saúde, que fora construído, apresentado e aprovado pelo CMS. Falou que a gestão tem a
295 responsabilidade de implementar, em cima dos indicadores, para que seja avaliado se está
296 ocorrendo ou não. Falou que o CMS deve ter subsídios para medir a realidade e confrontar
297 com os dados. Diz que avaliou a apresentação e verificou alguns pontos onde tem dúvidas
298 das implantações. Perguntou sobre os dois NASFs indicados no relatório, sabendo que o da
299 Sudoeste é minúsculo e que não foram contratados os trabalhadores para a saúde da
300 família. Lembrou que o CMS aprovou o NASF condicionado à realização da revisão da
301 avaliação dos trabalhadores, sendo que nunca mais fora discutido essa questão. Afirmou ter
302 muitas metas das quais tem muitas dúvidas de sua execução. Alegou que não lhe resta outra
303 alternativa, a não ser a rejeição, pois não está sendo atendida nas suas reivindicações há
304 mais de quatro anos. A Sra. Wilma concordou com as falas anteriores e falou que não falta
305 somente formação, bem como informação, que não existe. Falou que conseguiu uns dados,
306 onde existem duas planilhas, sendo uma de serviços prestados apresentada ao Ministério da
307 Saúde, que gera o pagamento dos serviços executados e uma por AIH. Afirmou que tentou
308 chegar a um denominador comum, onde tem apontado nos procedimentos cirúrgicos a
309 presença de fisioterapeutas. Afirmou que existe esse profissional no HMMG, mas não consta
310 na planilha que fora enviada ao Ministério da Saúde. Afirmou que existem fisioterapeutas no
311 ambulatório e no hospital. Perguntou sobre as cirurgias de mama no hospital, através do
312 leito-dia, quatro cirurgias, porém realiza também três cirurgias de mama eletivas e de sete
313 cirurgias de mama de urgência. Questionou como uma cirurgia de mama pode ser de
314 urgência. Questionou as cirurgias reparadoras apontadas no relatório, sendo seis eletivas e
315 quinze reparadoras de urgência, alegando não ter entendido, uma vez que o HMMG não
316 realiza cirurgias reparadoras de urgência e, sim cirurgias ortopédicas, de trauma, tórax e
317 buco-maxilo de urgência. Falou que o que foi apresentado para ser pago não consta nem
318 anestesista. Perguntou como foram realizadas essas cirurgias se nenhum anestesista fora
319 pago. Afirmou que não consegue entender esses dados que apresentam os procedimentos
320 realizados e prestados como os procedimentos das AIHs que foram elaboradas. Colocou-se



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 preocupada, pois fez um questionamento ontem e o Dr. Savério esclareceu, explicando que
322 existem procedimentos que o hospital realiza, porém não é credenciado para receber do
323 Ministério da Saúde. Perguntou como o hospital realiza um procedimento e não recebe. O
324 Sr. Gerardo falou que uma situação como a de Campinas, o relatório, se comparado ao
325 cotidiano da população e dos trabalhadores, não condiz com a realidade. Falou que a Saúde
326 do Trabalhador não atingiu nem 70% das metas estabelecidas. Falou que o problema não se
327 trata dos técnicos que elaboraram o relatório e, sim da SMS que a gestão não funciona.
328 Falou que o corpo da secretaria e os trabalhadores que estão lá tentando executar não
329 conseguem devido à gestão. Falou que o problema não se trata de uma apresentação e sim
330 de uma secretaria que a gestão não formula, não propõe e não dialoga. Perguntou como é
331 possível formular algo somente no papel, para arrecadar recursos no Ministério da Saúde.
332 Afirmou que pensou se iria somente se abster, mas verificou que não tem outra solução, a
333 não ser a rejeição. Defendeu que os projetos enviados para o Ministério sejam sérios, com
334 relação com o cotidiano da saúde no município. Falou que veio para o CMS, veio para
335 prestar contas para quem está necessitando da saúde pública e não para agradar a gestão. O
336 Sr. Pedro Humberto falou que a gestão entende que o relatório deve ser tratado com a
337 maior responsabilidade e que deve ter mais aprimoramento, com leitura e compreensão
338 mais aprofundadas. Explicou que o trabalho vem sendo realizado com a participação de
339 inúmeros profissionais. Esclareceu que o trabalho demora muito tempo para ser atendido e
340 ser elaborado, então acredita que os conselheiros devem se aprofundar mais nos estudos do
341 relatório anual de gestão. Defendeu que a importância e a veracidade do relatório estão
342 dadas pelos profissionais que trabalharam nos resultados, sendo o Dr. Savério uma pessoa
343 altamente capacitada e idônea. Afirmou que os dados ofertados pelo relatório devem ser
344 lidos pelos conselheiros. Falou que as pessoas devem se posicionar referente ao plano anual
345 de saúde, apontando onde pode ser modificado. Concordou com o Sr. Francisco, referente à
346 sua fala relacionada à Saúde da Família e que as propostas devem aparecer no plano anual
347 de saúde. Argumentou que os conselheiros de saúde também devem formular as posições e
348 não simplesmente negar os fatos reais, que estão dados. Falou que se não se chegou aos
349 indicadores apresentados, o CMS deve questionar o porquê não se atingiu essa meta. Falou
350 que a SMS se envolve com a questão da saúde da família tentando ampliar a cobertura.
351 Defendeu que este problema não é apenas da SMS, pois esta, juntamente com o CMS deve
352 apontar que a saúde da família é o modelo que se pretende para a saúde no município. Em
353 relação às questões de formulação, falou que estas existem, porém os conselheiros não tem
354 conseguido se apropriar, pelo tamanho do relatório e pela falta de tempo. Concordou com a
355 necessidade de um estudo mais aprofundado e que o relatório está atrasado, não por culpa
356 dos técnicos, da gestão ou dos usuários, mas sim pela alteração da formatação, que visa
357 facilitar a visualização. Falou que a proposta política da SMS é a ampliação da Saúde da
358 Família e a ampliação das equipes e a melhoria das condições de trabalho. Falou que
359 simplesmente se colocar contrário a uma questão ligada à saúde e não a política, empobrece
360 a discussão. Defendeu que a discussão seja de políticos da saúde e que o relatório é técnico,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 pois os indicadores existem e são reais. O Sr. Porsani falou que os dados apresentados foram
362 coletados em uma rede e sistematizados em uma planilha. Falou que se existem
363 desconfiança dos dados ou suspeita de dados maquiados é necessário fazer uma denúncia
364 de fraude. Afirmou que se é esse o questionamento dos dados é necessária uma discussão
365 se a apresentação é fraudulenta ou não. Diz que se não for fraude, questionou onde estão as
366 metas para se chegar nesse número. Perguntou quando foram discutidas se as metas foram
367 cumpridas ou não, pois se foram discutidas, se faz necessária a comparação com as metas
368 aprovadas em outro momento e o que fora executado e fazer uma crítica em cima disso.
369 Apontou que a crítica que o Sr. Francisco faz, em relação à saúde da família, não procede
370 como um problema nesse relatório, pois se fora colocada como meta em outro momento e
371 não fora cumprido, aí se configura uma crítica. Defendeu que é necessário comparar não
372 com a Conferência, mas com o que fora pactuado em momento anterior, sendo necessária a
373 discussão sob pena de afirmar que todo o apresentado é fraude e os números estão
374 maquiados. Falou que é necessário ter esses dados em mãos para efeito de comparação.
375 Afirmou que a saúde tem um monte de problemas, sendo que o apresentado é somente um
376 relatório. Diz que o responsável por cumprir as metas não é somente a gestão, e sim todos
377 os trabalhadores da saúde, pois se existe uma dúvida dessas metas apresentadas, é o
378 questionamento do conjunto de profissionais coordenados pela gestão. Concordou com o
379 Sr. Gerardo com a possibilidade da falta de coordenação e de gerência, o que acarreta as
380 dificuldades de concluir as metas. Falou que as críticas devem ser bem ponderadas e que é
381 necessário comparar o que fora pactuado com o que fora apresentado. A Sra. Jane falou que
382 está no SUS há mais de 22 (vinte e dois) anos, falou que se expressou em poucos momentos.
383 Falou que verificou ao longo do tempo o crescimento da SMS, com a participação do CMS.
384 Falou que muitas metas foram alcançadas, como o aumento de idosos atendidos, mesmo
385 com muitas deficiências que devem ser melhoradas. Solicitou a ajuda do CMS e dos
386 conselhos locais de saúde, através de uma maior participação e capacitação dos
387 conselheiros. Afirmou que vir ao pleno falar que nada funciona na gestão é muito forte, para
388 profissionais como ela, concursada, apartidária e que não advoga por causas próprias. Falou
389 que fica triste quando as pessoas generalizam as coisas e dizem simplesmente que está tudo
390 errado e que nada funciona e que o relatório deveria ser rejeitado. Falou que o relatório está
391 sendo apresentado com nove meses de atraso, porém esteve disponível para consulta o ano
392 todo. Perguntou quantos conselheiros foram buscar com ela os dados dos idosos, na SMS.
393 Apontou que não conhece os conselheiros, pois não existe uma cobrança fora do pleno.
394 Alegou que todas as cobranças ocorrem somente dentro do plenário. Concordou que
395 existem muitas deficiências, tais como o número de agentes de saúde e de cadastro dos
396 idosos de Campinas. Colocou-se à disposição, para que se possa realizar uma reunião fora do
397 CMS, para que sejam apresentados os projetos da saúde do idoso. O Sr. Edison falou que
398 está no Departamento de Saúde detalhando todas as metas e ações atingidas ou não e que
399 ao analisar o relatório apresentado, analisa-se o plano apresentado e aprovado por este
400 pleno, sendo os números apresentados reais e sem maquiagem. Defendeu a análise política



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 dos dados, indicando onde a secretaria deve avançar, enquanto gestora da saúde, devendo
402 ocorrer outra reunião para o detalhamento das áreas. Sugeriu que a gestão e o CMS
403 pudessem fazer outros encontros para explicar os indicadores, para traçar um referencial de
404 trabalho para ser executado. Lembrou que em muitas metas a SMS atingiu as metas. O Sr.
405 Felipe defendeu que o relatório poderia ser melhor apresentado, pois teve dificuldades em
406 enxergar a planilha apresentada. Perguntou o que deverá ser discutido. Concordou que
407 houve avanços e que a rede cresceu, com muitos trabalhadores qualificados na rede, porém
408 a questão não é essa, pois se discute que o SUS está caminhando para trás. Perguntou se
409 não existe uma dificuldade enorme em ser atendido ou em trabalhar no SUS. Perguntou se a
410 cidade não vem passando por uma crise política. Defendeu a rejeição, pois esta tem um
411 papel político de dizer que o CMS e militantes do SUS Campinas não aceitam essa política
412 proposta. Apontou que a rejeição é uma forma de pressionar a gestão, pois Campinas viveu
413 nos últimos anos uma política de cooptação do CMS e dos movimentos sociais. Alegou que a
414 população está acordando para essas questões, barrando a privatização da saúde neste ano,
415 mostrando que as políticas de saúde da gestão de Campinas estão equivocadas e que estas
416 são anti-sociais e contrárias aos interesses da população e dos trabalhadores da cidade.
417 Falou que o número de pessoas por equipes da saúde da família é inviável. Endossou o
418 pedido de rejeição do relatório. O Sr. Porsani perguntou os favoráveis em prorrogar a
419 reunião. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a prorrogação da**
420 **reunião**, com 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção. O Dr. Savério concordou com a
421 maioria das falas e explicou que a ferramenta do relatório possui muitos espaços e que o
422 controle social participa ativamente, como, por exemplo, nos PAMs, que estão inseridos no
423 relatório. Falou que tem a expectativa de que os usuários se enxerguem nesse relatório.
424 Concordou com a questão da falta de diálogo, necessitando uma participação conjunta em
425 todas as etapas de construção do relatório, existindo aspectos que devam ser melhorados.
426 Lembrou que os conselhos locais e distritais de saúde participam da construção nas unidades
427 de saúde. Sobre o relatório ser técnico ou político, ressaltou que o relatório tem umas
428 duzentas páginas, sendo que dessas, cem são focadas em metas e resultados. Explicou que
429 cada indicador é monitorado de acordo com dados oficiais, indicando os avanços e os
430 recursos, onde diz que se identifica com a fala do Sr. Felipe no aspecto que o SUS vem
431 caminhando para trás, talvez nesse momento. Explicou que o objetivo do relatório não é
432 escamotear as metas e a gestão do SUS e também é um relatório político. Lembrou que o
433 plano municipal de saúde, que definiu um conjunto de objetivos para Campinas e dentro dos
434 objetivos, um conjunto de diretrizes com suas metas e ações, fora analisado pelo CMS e
435 aprovado neste pleno. Defendeu que o plano está publicado. Explicou que o conteúdo é
436 muito complexo e dificilmente seria reduzido em apenas uma apresentação. Defendeu que o
437 relatório fosse discutido em mais de uma reunião, como ocorreu em outros anos,
438 possibilitando um maior tempo de discussão e debates. Falou que é responsabilidade da
439 gestão submeter o relatório para apreciação do CMS, mas existe uma questão de fazer um
440 planejamento vivo, envolvendo os atores políticos na discussão e na reflexão da situação.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



441 Falou que uma questão que fora colocada foi sobre as necessidades e de como estão são
442 dimensionadas dentro da realidade da saúde. Explicou que existem parâmetros de
443 necessidades, sendo um campo muito vasto, com muita disputa, onde se ampliar o
444 dimensionamento das necessidades implica em um custo muito maior e o Ministério da
445 Saúde não irá repassar e o município não tem recursos novos para investir na saúde.
446 Defendeu que se pensasse, no âmbito da cidadania, se existe vontade que as políticas no
447 campo da saúde estejam avançando. Defendeu que este é um momento de muitos
448 questionamentos sobre políticas públicas de saúde e o seu financiamento. Sobre os sistemas
449 de informações, falou que conversou com o Conselho Fiscal de Saúde ontem, onde existiram
450 muitos questionamentos sobre a produção dos prestadores. Explicou que os dados foram
451 retirados dos sistemas de informação, gerando um relatório dos trabalhos dos prestadores.
452 Falou que em muitos pontos não sabe informar, sendo de responsabilidade dos gestores
453 locais a informação. Sobre os anestesistas, respondeu que estão englobados no valor da AIH,
454 sendo uma AIH para cirurgia, estando o valor para anestesia aprovado neste. Explicou que só
455 aparece o pagamento de anestesia nos procedimentos ambulatoriais. Explicou que os
456 sistemas de informações devem ser analisados mais profundamente, para exercer o papel
457 de controle social com mais propriedade. O Dr. Moacyr falou ser complicada esta forma de
458 apresentar um relatório de duzentas páginas para um CMS aprovar. Defendeu que se
459 pensasse em mecanismos para realizar essa apresentação e a discussão da maneira mais
460 tranquila. Pensou que uma sugestão é realizar cópia de todas as páginas e distribuir para
461 todos os conselheiros e a Comissão Executiva emite um parecer interno para o CMS, fazendo
462 a apresentação, detalhando mais a questão. Falou que existem trezentas ações especificadas
463 com seus resultados. Falou que existe outra questão, onde não aprovar o relatório significa
464 dúvidas sobre o conteúdo, devendo ser levantadas para esclarecimentos. Falou que não
465 consegue enxergar não aprovar um relatório que aponta que não foram completadas todas
466 as equipes que a própria gestão propôs ou que esta não completou uma série de metas
467 inseridas por solicitação do próprio CMS e por força do plano de saúde. Explicou que o
468 relatório chega a conclusão que a gestão falhou em muitos pontos. Discordou no fato de não
469 aprovar um relatório que fala a verdade. Perguntou se, caso todas as metas fossem atingidas
470 e se fossem mostrados números mascarados, o relatório seria aprovado. Lembrou que o
471 motivo do relatório é apontar as metas do plano programadas para 2010 foram avaliadas,
472 sendo que o relatório conclui que muitas metas não foram alcançadas. Falou que o relatório
473 traz essa conclusão. Falou que não aprovar o relatório porque as metas não foram
474 aprovadas é uma forma de fazer uma pressão política, mas principalmente é um movimento
475 burocrático. Apontou que, com esse relatório, a SMS assume sua incompetência e a sua
476 dificuldade para fazer e que o movimento para alterar essa realidade é garantir a
477 mobilização social para garantir que os investimentos sejam alocados com prioridade na
478 saúde, que as equipes sejam completadas e que o concurso seja realizado, por isso, não seria
479 somente rejeitando o relatório que se obtém esses resultados. Falou que não se deve utilizar
480 de um artifício burocrático para criar um constrangimento, sendo necessário dar vida ao



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



481 documento para fazer diferença na construção do SUS que queremos. O Sr. Porsani lembrou
482 que o Sr. Mariante propôs a prorrogação da discussão sobre a pauta, para o
483 aprofundamento do tema. O Sr. Mariante realizou a leitura de sua proposta. A Sra. Izabel
484 solicitou que essa discussão fosse encaminhada aos conselhos distritais e locais de saúde,
485 devendo pegar esses dados, para fazer um planejamento em conjunto. Defendeu que essa
486 discussão sobre a atenção básica deve ocorrer nos locais, senão nunca será atingido um
487 denominador comum. O Sr. Porsani questionou o pleno se havia alguma outra proposta. Em
488 regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a proposta do Sr. Mariante,**
489 **solicitando o adiamento da discussão, em data a ser marcada pela Comissão Executiva,**
490 com 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções. O Sr. Porsani colocou que a Comissão
491 Executiva fica incumbida de pautar novamente o tema e a gestão incumbida de levar o
492 debate aos conselhos locais e distritais e aprofundar a discussão e a explicação sobre o
493 relatório anual de gestão. Solicitou que dois conselheiros se candidatem para participar do
494 fórum do interconselhos, em reunião que ocorrerá na próxima quinta-feira. O Sr. Mariante e
495 a Sra. Marlene se se candidataram, sendo referendados pelos presentes. Após, encerrou a
496 reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto
497 Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata,
498 assinando-a juntamente com os demais presentes.